

ROUDINESCO, Elisabeth. (Org). *O paciente, o terapeuta e o estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 149 p

### **Patrícia Lucarelli Orsay**

Aluna do 6º período de Psicologia-UNIPAC/UBÁ/MG

# 4

Elisabeth Roudinesco, historiadora e psicanalista, leciona na Ecole Pratique des Hautes Etudes, em Paris. Autora consagrada, sua obra exerce grande influência no pensamento francês contemporâneo. No Brasil publicou: *De que amanhã... Diálogo* (com Jacques Derrida); *A família em desordem; Por que a psicanálise?; História da psicanálise na França* (dois volumes) e *Dicionário de psicanálise* (com Michel Plon).

Em *O paciente, o terapeuta e o estado*, a autora destaca a posição do estado em relação aos terapeutas, no que diz respeito ao reconhecimento de seus trabalhos e à concessão de diplomas, bem como o privilégio de psicanalistas que se vêem capazes de atuar, ainda que não diplomados, mas formados por associações privadas.

A obra desperta para a necessidade de fiscalização e questiona os critérios e a competência subjetiva daqueles que agem de forma inadequada, correlacionando as instituições e o embasamento que as elegem capazes, e estabelecendo uma crítica para discernir os verdadeiros charlatões.

Dividido em cinco momentos, o livro, a princípio, chama a atenção para as práticas descabidas de profissionais assegurados pelo estado, detentor do poder de inscrevê-los no rol dos regulamentados, ainda que não estejam suficientemente preparados. Determina como autorizados os "profissionais" munidos de um diploma de Medicina ou de Psicologia, ou ainda aqueles que se afirmam terapeutas por possuírem formação em instituições particulares. Segue-se, então, uma longa discussão sobre as sociedades da psique e do Estado a respeito de quem seriam os verdadeiros charlatões.

Inicialmente, eram vistos apenas como aqueles que estabeleciam a prática, sem o um diploma oferecido pelo Estado. Posteriormente, foram acrescentados às suas práticas fatores como horários, métodos e técnicas não adequados para auxiliar os acometidos pelo sofrimento da alma. Ao se pensar na questão da terapia, faz-se necessário combater as práticas que se apegam na Medicina ou na Psicologia, para estabelecer uma postura de seriedade, mas que não trazem efeitos reais. Passou-se a ser inserida, então,

uma ferrenha contestação à homeopatia como prática de medicina placebo que ministra soluções diluídas.

A partir do século XIX, com uma necessidade efêmera, o estado busca higienizar a sociedade dos chamados charlatões, a fim de melhorar a qualidade dos serviços das áreas de saúde e de privilegiar a ciência. Esse propósito precisa ser considerado como algo essencial, porém utópico, devido à dificuldade do processo de controle estatal que não se baseia em profissionais e índices gabaritados para tal análise e pode representar um trabalho sem validação.

A afirmação dos modelos representativos dos psicoterapeutas, aliada às suas teorias escapam ao controle do Estado, desprendendo-se da identificação das intervenções positivas ou da credibilidade atribuída aos mitos, deuses e rituais tribais, retomando a necessidade maior dos pacientes de estabelecer um vínculo transferencial, que pode predispor de um resultado mais efetivo do que qualquer técnica ou preparação.

A autora aborda a questão singular e perceptível do abuso psiquiátrico na administração medicamentosa, que cria redomas de proteção e nos refuta da fala inconsciente - representante fiel da subjetividade que escapa a vigilância -, esvaindo-se da essência da prática terapêutica.

Em outro momento o livro de Roudinesco nos traz visões de diversos escritores e seus posicionamentos a respeito das terapias, principalmente a psicanálise, vista como ciência particular e não inserida nas outras, mas que mesmo sob o olhar desconfiado das demais teorias, acaba por ser útil a elas em alguns de seus conceitos estruturais.

A autora expõe uma gama variada de terapias, cada qual com sua linha e com um viés para se adaptar, de acordo com a época e o contexto histórico, à cultura, ao relativismo e as etnias. Traça-se, então, uma teia teórica com pontas diversas e divergentes. Algumas advêm de outras, concomitantemente paralelas à disciplina rainha: a psicanálise, podendo ou não existir pontos de conversão entre as teorias humanista, comportamental cognitiva, psicanalista. Todas se incluíam na lista de regulamentação do estado, tão necessária quanto a liberdade que possibilita a criatividade e o resultado do tratamento.

No capítulo *O universo das seitas*, Roudinesco questiona sobre quem seriam os verdadeiros charlatões, que surgem sem uma objetivação racional. Eles aparecem e desaparecem ou julgam-se charlatões pela simples oposição teórica e científica. Julgam-se donos de poderes mágicos, místicos, para efetuar a prática do tratamento apoiado pela sociedade que os escolhe - a

mesma sociedade que irá exigir do estado a segurança e a proteção contra os charlatões.

A obra traz uma leitura crítica sobre a influência da psiquiatria, que se tornou lei para o diagnóstico das doenças mentais, principalmente após o lançamento do DSM IV com o qual contribui. Há nessa visão organicista um engessamento das doenças como se não tratássemos de pessoas, um mesmo procedimento para cada sofrimento psíquico, o que anula qualquer possibilidade de reconhecer em problemas sociais e econômicos, os possíveis agravantes e as particularidades para orientar um tratamento.

Assistimos ao pacifismo do Estado que alia seus interesses à prática medicamentosa, fazendo com que as ciências que estão a serviço da compreensão da psique involuam e mantenham o sujeito estático, submisso, condenando-o à cronificação.

Dentro dessa metodologia, ocorre o isolamento da psicanálise e o enlace das neurociências e do comportamentalismo, o que leva a supor que o sofrimento psíquico seja mensurável, calculável. Corre-se então de uma avalanche de práticas comportamentais e psiquiátricas para lidar com a questão da loucura como se fosse um cálculo matemático.

A autora relata o curioso fato que se passou ao ter sido convidada a integrar-se ao conselho da revista *L'Évolution psychiatrique*. Com esse trabalho, passa a conhecer os critérios e os reais interesses nas publicações e percebe um certo regozijo, por parte dos redatores, em recusar artigos de sumidades que, em muito, contribuíram com as disciplinas de psicopatologia, psicanálise ou de psicologia. Mantendo o anonimato, deixaram à margem trabalhos significativos, analisando a quantidade de citações e considerando aqueles que trouxessem *status* científico que garantisse o poder político, em detrimento dos verdadeiros cientistas. Roudinesco relata sobre a possibilidade oferecida de seu texto ser avaliado como "exceção". Nesse momento, reconhece nos membros do comitê a possibilidade de fraudes e passa a questionar, ainda mais, a legitimidade dos trabalhos e o gabarito daqueles que o realizam.

No findar do trabalho, a autora aborda os aspectos que Freud tentou manter e exaltar da psicanálise, vendo-a como a arte de preocupar-se com a essência humana e que, levemente, pode ser entendida como profana, pela dificuldade de estabelecer medições no trato com o invisível, com o inconsciente, que foge ao controle em seus materiais recalcados. A psicanáli-

se também instiga pela sua independência das demais linhas e práticas científicas. A prática sempre se manteve excluída do âmbito das demais ciências, à parte de qualquer fiscalização por não ter, nem mesmo, sua denominação mencionada na lei. É também olhada à distância pelos mais céticos e por aqueles que se contrapõem a seus conceitos. Numa dialética conturbada, tenta inserir-se ao tratamento ministrado às outras linhas para, supostamente, usufruir da integração que a regulamentaria e evitaria o seu desaparecimento. Porém, partindo das idéias de seu pai, quer refutar-se do gerir outras teorias e perder-se em sua real formação, podendo nos remeter à fala de Freud: "Quero estar seguro de que vão impedir a terapêutica de matar a ciência." (p. 124)

Os psicanalistas se viram ultrapassados pelos psicoterapeutas e buscaram sua legitimidade ao sujeitarem-se a perícias, visando um *status* particular que os distinguisse dos demais. Mesmo diante de tais mudanças, o Estado não consegue identificar facilmente os verdadeiros charlatões que estão diluídos e se fazem muitos, pois mesmo os trazendo sobre o controle da regulamentação não se pode afirmar que esses não são, efetivamente, profissionais inescrupulosos.

Enfim, as maiores vítimas são os pacientes que buscam em seus desejos a demanda de um tratamento, seja ele qual for. Tentam conciliar a liberdade de escolher e a segurança de um profissionalismo "periciado" pelo Estado - princípio de segurança.

Apesar de os encontros e desencontros da política pública no empenho de controlar os charlatões e suas práticas, é fundamental buscar meios legítimos de regulamentar todas as ciências engajadas no tratamento do sofrimento psíquico e privilegiar o humano acima de qualquer verdade teórica ou posicionamento político ideológico.